

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas legislativas

- [Projeto de Lei n.º 1172/XIII](#) (PSD), *Regime de estímulo ao ensino superior em baixa densidade*
- [Projeto de Lei n.º 1173/XIII](#) (PSD), *1ª Alteração ao Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior*
- [Projeto de Lei n.º 1174/XIII](#) (PSD), *Disposição interpretativa sobre propina*
- [Projeto de Resolução n.º 2051/XIII/4.ª](#) (PSD) - *Ensino Superior para filhos de emigrantes portugueses*

3.2. Audição Pública: “Implementação do regime jurídico da educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho)”

3.3. Audição do Ministro da Educação

3.4. Reunião da Comissão no dia 15 ou 16 de abril

3.5. Audiência Prof. e alunos do Politécnico de Leiria sobre projeto "ECOMINO - Ecologia, Missão e Inovação"

3.6. Café de ciência

4. Audiência à Associação Nacional dos Professores de Informática sobre o estado das tecnologias na informação - 15h00

5. **Apreciação e votação da pronúncia da Comissão sobre a Proposta de Lei n.º 187/XIII/4.ª (GOV) – “[Aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo](#)”**

- Deputado relator - Duarte Marques (PSD)

6. **Apreciação e votação de admissibilidade de petições**

6.1. [Petição n.º 598/XIII/4.ª](#), de FENPROF - Federação Nacional dos Professores e APROTED - Associação de Professores de Teatro Educação, *Solicitam a adoção de medidas com vista à vinculação e integração na carreira de docente da área de Teatro e a criação do respetivo grupo de recrutamento*

6.2. [Petição n.º 603/XIII/4.ª](#), de Ricardo André de Castro Pereira e outros, *Solicitam a adoção de medidas com vista à correção das Declarações Mensais de Remunerações de todos os docentes contratados com horários incompletos*

6.3. [Petição n.º 605/XIII/4.ª](#), de Ricardo Alexandre de Borges Mesquita, *Solicita a adoção de medida legislativa com vista a garantir a igualdade entre professores de quadro nos concursos*

6.4. [Petição n.º 607/XIII/4.ª](#), ASPL, FENPROF, FNE. PRÓ-ORDEM, SEPPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE, SIPPEB E SPLIU, *Solicitam a adoção de medidas com vista à negociação do modo e prazo para a recuperação de todo o tempo de serviço cumprido*

7. **Apreciação e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 1145/XIII, do PCP](#), Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior)**

- Deputada relatora: Ana Rita Bessa (CDS-PP)

8. **Outros Assuntos**

9. **Data da próxima reunião**

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência das Deputadas do PCP.

O Deputado Porfírio Silva (PS) aproveitou para enfatizar a atribuição ao Presidente da Comissão do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Évora, realçou o reconhecimento inerente e apresentou-lhe felicitações. O Deputado Pedro Pimpão (PSD) realçou o reconhecimento a nível académico e pessoal. A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) associou-se ao reconhecimento e às felicitações.

2. Aprovação de atas

As atas das reuniões de 15/2 e 13/3 foram aprovadas com os votos a favor dos Deputados presentes do PSD, BE e CDS-PP e a abstenção dos do PS, registando-se a ausência das Deputadas do PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas legislativas

Tendo baixado à Comissão o [Projeto de Lei n.º 1172/XIII](#) (PSD), *Regime de estímulo ao ensino superior em baixa densidade*, o [Projeto de Lei n.º 1173/XIII](#) (PSD), *1ª Alteração ao Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior e o Projeto de Lei n.º 1174/XIII (PSD), *Disposição interpretativa sobre propina* e verificando-se que estavam já agendados para discussão na sessão plenária do dia 27/3, foi consensualizado não elaborar parecer para os mesmos.*

Tendo igualmente baixado à Comissão o [Projeto de Resolução n.º 2051/XIII/4.ª](#) (PSD), *Ensino Superior para filhos de emigrantes portugueses*, constatou-se que a sua discussão estava também agendada para a sessão plenária de 27/3, pelo que não seria discutido na Comissão.

3.2. Audição Pública: “Implementação do regime jurídico da educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho)”

Tendo sido distribuído o programa da audiência pública em causa, prevista para 29 de maio, bem como o convite e a lista de entidades a consultar, a Deputada Manuela Tender (PSD), Coordenadora do Grupo de Trabalho da Educação Especial, referiu que não obstante tivesse sido feita uma audiência recente sobre as propostas de alteração ao Decreto-Lei, a audiência agora proposta (e constante do Plano de Atividades do Grupo de Trabalho), a realizar mais próximo do fim do ano, visava conhecer a implementação do novo regime no terreno.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) equacionou a não realização desta audiência, prevista para 29/5, considerando já cumprido este ponto do Plano de Atividades do Grupo de Trabalho.

O Deputado Porfírio Silva (PS) propôs que se concluísse a apreciação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito das apreciações parlamentares pendentes e só depois se equacionasse a realização da audição pública, reponderando a sua realização.

A Deputada Manuela Tender (PSD) deu anuência a essa reponderação posterior.

3.3. Audição do Ministro da Educação

O Presidente da Comissão informou que o Ministro da Educação confirmou a disponibilidade para no dia 24/4, à tarde, ter lugar a audição por requerimento do PCP e a audição regimental.

3.4. Reunião da Comissão no dia 15 ou 16 de abril

Foi consensualizado realizar a reunião no dia 16 de abril, às 14h ou às 11h, consoante a agenda de trabalhos.

3.5. Audiência a professores e alunos do Politécnico de Leiria sobre o projeto "ECOMINO - Ecologia, Missão e Inovação"

O Presidente lembrou que audiência em causa é conjunta com a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação e terá lugar no dia 28, às 14h, tendo indicado a sala em que iria ter lugar.

3.6. Café de ciência

Lembrou também que o Café de Ciência terá lugar em 3/4/2019, às 18h, tem o tema *Acesso à água: Gerir a mudança* e solicitou aos Deputados que remetam perguntas para dirigir aos investigadores e serem respondidas no Café.

4. Audiência à Associação Nacional dos Professores de Informática sobre o estado das tecnologias na informação - 15h00

O Presidente da Comissão deu as boas-vindas à delegação (disponível na [página da Comissão](#)) da Associação Nacional dos Professores de Informática (ANPRI) e lembrou a grelha de tempos da audiência.

Os representantes da ANPRI entregaram um dossiê com informação (disponível na [página da Comissão](#)) e indicaram o seguinte, em resumo:

1. O último grande investimento em equipamento informático para as escolas foi em 2010 e depois disso a situação regrediu;
2. De harmonia com os dados do Ministério, apenas 22% dos computadores das escolas tem menos de 3 anos;
3. A distribuição é diferente ao nível dos vários ciclos;
4. Não há um projeto central a nível de equipamentos, as escolas concorrem pontualmente;

5. A internet nas escolas é deficiente e alguns municípios apoiam as escolas a esse nível, pelo que não há condições iguais em todo o país;
6. A responsabilidade em relação ao 1.º ciclo é dos municípios e não do Ministério da Educação;
7. A formação é dada pelo Ministério da Educação em relação a todos os ciclos e tem sido muito diminuta;
8. Falta articulação entre o Ministério da Educação e os municípios;
9. Até 2016 só havia a disciplina de TIC, Tecnologias da Informação e da Comunicação, no 7.º e no 8.º ano e depois passou a ser lecionada também no 5.º e 6.º ano, mas o tempo total de aulas nos 4 anos é igual ao que existia anteriormente nos 2 anos;
10. Não há oferta obrigatória de TIC no ensino Secundário e a disciplina de Aplicações Informáticas é opcional, não sendo disponibilizada por muitas escolas;
11. O cargo de coordenador de TIC nas escolas foi descaracterizado;
12. O Governo anunciou um programa de 23 milhões de euros para as competências digitais e 2 milhões para os Clubes de Ciência Viva, mas a informação disponível é insuficiente.

Interveio depois o Deputado Pedro Pimpão (PSD) colocando várias perguntas, a saber, que montante, dos 2 milhões, é que vai chegar às escolas, como se pode promover a valorização das TIC, atento o parque tecnológico das escolas, quais os incentivos para a introdução da robótica e quais as questões a nível do hardware, software, gestão de redes e segurança informática. Questionou ainda como veem a escola do futuro, a utilização de telemóveis e outros equipamentos tecnológicos, o uso de portáteis e a partilha de informação.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu a importância do investimento no Plano Tecnológico da Educação, mencionando que a partir de 2006 a Escola foi um “palco” privilegiado para pôr em marcha recursos educativos digitais, permitindo inovação dos processos de ensino-aprendizagem, motivando e envolvendo a comunidade educativa e a sociedade. Referiu que a forte redução no investimento desta área, a partir de 2011, constitui o principal fator dos atrasos atuais verificados, o que exige um grande investimento na modernização dos equipamentos, que tem de ser pensado de forma estratégica e articulada, orientado para promoção de uma maior igualdade entre as escolas, sendo esse o sentido em que o PS continua a trabalhar.

A Deputada Joana Mortágua (BE) considerou que nalguns casos as escolas tentam remediar a situação, até com ligação com as empresas e defendeu a aposta num novo Plano Tecnológico da Educação, da responsabilidade do Ministério da Educação.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) defendeu que a escola deve ser capaz de integrar os recursos da tecnologia para permitir desenvolver capacidades e adquirir competências em TIC e mencionou a necessidade de apetrechar as escolas e de dar formação aos docentes. Enfatizou depois que um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) refere que se as escolas não garantirem o acesso ao mundo digital a todos os estudantes contribui-se para um agravamento das desigualdades entre eles e mencionou que a responsabilidade pela matéria é do Ministério da Educação. Afirmou causar perplexidade a anunciada atribuição de 4 milhões de euros para formação avançada a nível pós-graduado quando não está previsto de modo expressivo o reapetrechamento ou investimento em

equipamentos. Salientou que muitas escolas no âmbito da sua autonomia e ação por iniciativa das Direções e professores se candidatam a projetos diversos que lhes tem permitido conseguir acesso a novos equipamentos. Realçou ainda a necessidade de renovação das redes e do material informático nas escolas de modo a proporcionar às escolas, alunos e professores as condições básicas para se atingir a capacitação básica em competências digitais.

A Deputada Ângela Moreira (PCP) considerou que se verifica um desinvestimento na escola pública, realçou que as TIC suscitam mais interesse dos alunos pela escola e defendeu que a responsabilidade por mais investimento é do Ministério da Educação.

Na sequência das perguntas e das observações feitas, os representantes da ANPRI indicaram o seguinte, em resumo:

1. É preciso planear o reequipamento das escolas;
2. Todos os anos as escolas deviam incluir no seu orçamento o que precisam;
3. Defendem mais autonomia para as escolas e realçam que há escolas a 2 ou 3 velocidades;
4. Em relação à utilização dos telemóveis pelos alunos, defendem a educação em relação a essa matéria e não proibição;
5. Os computadores Magalhães foram atribuídos aos alunos e foram levados para fora da escola;
6. O projeto da robótica foi deixado cair e passou para a disciplina de TIC, a qual, por falta de tempo, não pode desenvolvê-lo;
7. As tecnologias são universais e as competências válidas em todo o mundo;
8. Em termos de segurança informática, a legislação prevê a maioria para estes efeitos a partir dos 16 anos.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão](#).

5. Apreciação e votação da pronúncia da Comissão sobre a Proposta de Lei n.º 187/XIII/4.ª (GOV) – “*Aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo*”

O parecer foi apresentado pelo relator, Deputado Duarte Marques (PSD) e aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência das Deputadas do PCP.

6. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

6.1. [Petição n.º 598/XIII/4.ª](#), de FENPROF - Federação Nacional dos Professores e APROTED - Associação de Professores de Teatro Educação, *Solicitam a adoção de medidas com vista à vinculação e integração na carreira de docente da área de Teatro e a criação do respetivo grupo de recrutamento*

Apreciada a nota de admissibilidade, a petição, com 5.007 subscritores, foi admitida por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência das Deputadas do PCP.

O PSD, a quem foi distribuída, indicará posteriormente o relator.

6.2. [Petição n.º 603/XIII/4.ª](#), de Ricardo André de Castro Pereira e outros, *Solicitam a adoção de medidas com vista à correção das Declarações Mensais de Remunerações de todos os docentes contratados com horários incompletos*

Apreciada a nota de admissibilidade, a petição, com 5.032 subscritores, foi admitida por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência das Deputadas do PCP.

O PS, a quem foi distribuída, indicou como relatora a Deputada Sónia Fertuzinhos.

6.3. [Petição n.º 605/XIII/4.ª](#), de Ricardo Alexandre de Borges Mesquita, *Solicita a adoção de medida legislativa com vista a garantir a igualdade entre professores de quadro nos concursos*

Apreciada a nota de admissibilidade, a petição, com 1 subscritor, foi admitida por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência das Deputadas do PCP.

Mais foi deliberado não nomear relator e não fazer a audição do peticionário, mas pedir a pronúncia das entidades propostas.

6.4. [Petição n.º 607/XIII/4.ª](#), ASPL, FENPROF, FNE. PRÓ-ORDEM, SEPPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE, SIPPEB E SPLIU, *Solicitam a adoção de medidas com vista à negociação do modo e prazo para a recuperação de todo o tempo de serviço cumprido*

Apreciada a nota de admissibilidade, a petição, com 60.045 subscritores, foi admitida por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência das Deputadas do PCP.

O PSD, a quem foi distribuída, indicará posteriormente o relator.

7. [Apreciação e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 1145/XIII, do PCP](#), Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior)

O parecer, da autoria da Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE e CDS-PP, registando-se a ausência das Deputadas do PCP.

8. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

9. Data da próxima reunião

- **2 de abril** – 15h
- **3 de abril** – 18h – Café de Ciência
- **15 de abril, 15h/16 de abril, 10h?**
- **23 de abril** – 15h – Audição Regimental MCTES
- **24 de abril** – 15h - Audição do ME, por requerimento do PCP e regimental

A reunião foi encerrada às 16:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de março de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ângela Moreira
Duarte Marques
Elza Pais
José Cesário
Odete João
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Manuel Leitão Marques

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
Ivan Gonçalves
Sónia Fertuzinhos